



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Excelentíssimo Senhor

CARLINHO ANTONIO POLAZZO

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco – Paraná.

O vereador **Rodrigo José Correia - PSC**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Pato Branco o seguinte Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 178/2017.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros químicos removíveis nos eventos ao ar livre no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

Art. 1º Fica obrigatória a instalação de banheiros químicos removíveis em eventos ao ar livre de qualquer natureza no âmbito do Município de Pato Branco.

§ 1º O banheiro deverá ser instalado até o horário do início do evento e retirado logo após o seu término.

§ 2º É obrigatória a instalação de banheiros químicos com diferenciação para a utilização feminina, masculina e para portadores de necessidades especiais.

§ 3º O uso do banheiro químico adaptado será de exclusividade do portador de necessidades especiais, exceto acompanhante quando estiver assistindo àquele.

§ 4º A quantidade de banheiros adaptados a ser instalados não será menor do que 10% (dez por cento) do quantitativo de banheiros a serem instalados.

§ 5º Nos eventos em que o número de banheiros químicos instalados for menor que 10(dez) unidades, deverá ser instalado, pelo menos, um banheiro adaptado às necessidades dos portadores de necessidades especiais.

RECEBIDA EM 27-NOV-2017 10:34-031282-1/1
RECEBIDA Geral
Câmara Municipal de Pato Branco PR



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Art. 3º O número de banheiros químicos será proporcional ao número de pessoas que participarão do evento, com base em informações prestadas por seus organizadores no momento da solicitação para a autorização de realização do evento junto ao órgão competente da Prefeitura Municipal de Pato Branco.

§1º A proporção será definida pelo órgão competente da Prefeitura Municipal de Pato Branco levando em consideração ao número de pessoas, a localização e a natureza do evento.

§ 2º A instalação dos banheiros será de responsabilidade dos organizadores do evento.

§ 3º A higienização deverá ser feita pela empresa que instalar os banheiros químicos devendo a Vigilância Sanitária realizar a fiscalização.

Art. 4º O não cumprimento do disposto nesta Lei, incorrerá em:

I – multa no valor de 10(dez) Unidades Fiscais do Município - UFM, por banheiro químico não instalado, por dia de evento, a ser aplicada ao responsável pelo evento;

II – na reincidência da infração, a multa será aplicada em dobro;

III – persistindo a infração da lei, após processo administrativo, além da cobrança de multa o infrator poderá sofrer a proibição de concessão de autorização para a realização de eventos por um período de até 12 (doze) meses.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 27 de novembro de 2017.

Rodrigo Correia

Rodrigo José Correia
Vereador - PSC



Justificativa

A presente proposta objetiva busca garantir maior segurança e garantir condições mínimas de preservação da saúde, garantindo assim condições básicas de higiene à população que frequenta eventos ao ar livre em nossa cidade.

A instalação dos banheiros químicos será muito importante para a população, pois nos eventos realizados ao ar livre as pessoas precisam procurar algum estabelecimento comercial que esteja aberto para poder utilizar o banheiro, sendo que com a instalação de banheiros químicos as pessoas poderão cuidar da sua higiene com maior facilidade e segurança.

Convém ponderar que o número de banheiros químicos instalados deverá ser compatível com o número de participantes do evento, pois caso contrário a população ficará igualmente desassistida, lembrando sempre que devemos ter o cuidado com as pessoas portadoras de necessidades especiais, as quais precisam de uma atenção maior devido as suas dificuldades motoras, devendo ser instalado banheiros químicos adaptados para o atendimento destas pessoas.

Ressalto a importância da instalação dos banheiros químicos objetos desta demanda, visto que os mesmos proporcionaram a todos os munícipes participantes de eventos ao ar livre condições básicas de saúde, contribuindo assim para o bom andamento do evento e permanência das pessoas no local da realização do mesmo.

Pato Branco, 27 de novembro de 2017.

Rodrigo Correia
Rodrigo José Correia
Vereador - PSC



Câmara Municipal de Pato Branco

Sede Administrativa: Carlos Almeida



Projeto de Lei nº 178/2017

Autoria: Rodrigo José Correia (PSC)

PARECER JURÍDICO

O nobre vereador Rodrigo José Correia (PSC) propôs o projeto de lei em epígrafe nominado, que tem por objetivo dispor sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros químicos removíveis nos eventos ao ar livre no Município.

Aduz, em suas justificativas, que a proposição visa garantir maior segurança e condições de higiene e saúde aos frequentadores de eventos ao ar livre no Município.

É o conciso resumo. Passa-se, adiante, às razões do presente parecer.

A preocupação do nobre Edil é meritória e merece atenção dos demais legisladores, mormente que o pano de fundo da proposição é a atenção à saúde do cidadão, porquanto ao conferir melhores condições de higiene aos participantes de eventos ao ar livre, se está consagrando tal direito fundamental.

Como sempre se defende, a Carta Magna assegura incondicionalmente ao cidadão o direito fundamental à SAÚDE, uma vez que conforme art. 196 *"A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."*

Tem-se que tanto o constituinte originário de 1988 quanto o legislador municipal enumeraram a saúde como um direito de TODOS e dever do ESTADO, cabendo este (que engloba, no caso, todos os Entes Federativos – União, Estado, Município e Distrito Federal) promover políticas sociais que finalizem a garantia à saúde do cidadão.

A própria Lei Orgânica do Município prevê a garantia do direito à saúde a todos os munícipes, determinando que é dever do Poder Público garanti-lo, conforme art. 124.

Obrigar a instalação de banheiro químicos em eventos ao ar livre, muito além de constituir matéria de interesse local e contemplar o direito fundamental à saúde,



Câmara Municipal de Pato Branco

Sede Administrativa: Carlos Almeida



também atende às regras de defesa do meio ambiente, pelo óbvio motivo da correta destinação dos eventuais dejetos oriundos das necessidades humanas.

Como se sabe, a preocupação com o meio ambiente é patente e notória nos dias de hoje, de forma que ações tendentes a preservá-lo às gerações futuras tornaram-se como uma espécie de condição indispensável para a preservação da humanidade.

É nesse sentido que a própria Carta Magna de 1988, em seu art. 225, estabelece que *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"*.

As três esferas da República Federativa do Brasil devem voltar-se à proteção do meio ambiente, por expressa determinação constitucional, a teor do disposto no art. 23, VI, da Carta Magna:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...]

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

Além do mais, tem-se que a proposição contempla a atenção aos direitos dos portadores de necessidades especiais, cumprindo, assim, o art. 188, da Lei Orgânica.

Destarte, é o parecer favorável à normal tramitação regimental.

Pato Branco, 1º de março de 2018.


Luciano Beltrame
Procurador Legislativo


José Renato Monteiro do Rosário
Assessor Jurídico

Rua Araribóia, 491 - Caixa Postal, 111 – 85505-030 – Pato Branco - PR
Telefax: (46) 3224-2243 - www.camarapatobranco.com.br

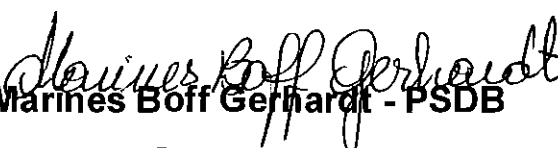


Câmara Municipal de Pato Branco
Estado do Paraná

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Recebi nesta data, na condição de Presidente da **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o projeto de Lei nº 178/2017.

Pato Branco, 05/03/2018


Marinel Boff Gerhardt - PSDB
Presidente



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 178/2017

Autor: Rodrigo José Correia - PSC

Relator: Carlinho Antonio Polazzo – PROS

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros químicos removíveis nos eventos ao ar livre no âmbito do município de Pato Branco e dá outras providências.

RELATÓRIO

Através do Projeto em análise, o vereador proponente Rodrigo José Correia – PSC, busca instituir a obrigatoriedade de instalação de banheiros químicos removíveis nos eventos ao ar livre no âmbito do município de Pato Branco.

A proposta apresenta previsão ainda referente a diferenciação para uso masculino, feminino e portadores de necessidades especiais, além de estabelecer normas quanto a quantidade e as respectivas penalidades.

ANÁLISE

Trata-se de uma iniciativa onde o edil busca criar a obrigatoriedade de instalação de banheiros químicos removíveis nos eventos ao ar livre no âmbito do município de Pato Branco.

Como argumenta o proponente, a instalação dos banheiros químicos será muito importante para a população, pois nos eventos ao ar livre as pessoas precisam procurar algum estabelecimento comercial que esteja aberto para poder utilizar o banheiro, sendo que com a instalação de banheiros químicos as pessoas poderão cuidar da sua higiene com maior facilidade e segurança.

Sem dúvida que trata-se de uma legislação importante, que ao ser aplicada trará mais segurança, conforto e comodidade para as pessoas.

Mar.
FD
[assinatura]
[assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral
-19-Mar-2018 14:36:03Z 291-1/1



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



VOTO DO RELATOR

Considerando a análise anteriormente exposta, opinarei favoravelmente a tramitação e aprovação do presente projeto de lei, pois do ponto de vista e ótica de justiça e redação não existe óbices a sua tramitação e aprovação.

Assim, diante das alegações e considerações apresentadas, opto por exarar **PARECER FAVORÁVEL**, a regular tramitação e aprovação da presente matéria.

É o parecer, SMJ.

Pato Branco, 13 de março de 2018.

Carlinho Antonio Polazzo – PROS

Relator

Marínes Boff Gerhardt – PSDB

Presidente

Rodrigo José Correia – PSC

Membro

Moacir Gregolin - MDB

Membro

Ronalce Moacir Dalchiavan – PP

Membro



Câmara Municipal de Pato Branco
Estado do Paraná

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Recebi nesta data, na condição de Presidente da **COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o projeto de lei nº 178/2018.

Pato Branco, 19/03/2018


Fabricio Preis de Mello - PSD
Presidente



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de março do ano de 2018, às 16h, reuniram-se os membros da Comissão de Políticas Públicas, os vereadores Moacir Gregolin (Membro), Fabricio Preis de Mello (Presidente) e Vilmar Maccari (Membro) para deliberarem sobre os projetos de competência desta comissão. O Presidente da Comissão de Políticas Públicas, Fabricio Preis de Mello abriu a presente reunião cumprimentando a todos e em seguida foi explanado sobre o Projeto de Lei nº 58/2018, "Altera a redação do "caput" do art. 1º da Lei nº 2.641, de 28 de junho de 2006, que autoriza prorrogar o prazo de vigência dos Contratos de Permissão para Execução do Serviço de Transporte Coletivo Urbano", de relatoria do vereador Moacir Gregolin, os vereadores após análise da matéria, deliberaram pelo parecer favorável a tramitação. O Projeto de Lei Complementar nº 6/2014 que "Altera a Lei Complementar nº 43, de 25 de novembro de 2010, que dispõe sobre o zoneamento de uso do solo entorno do Aeroporto Juvenal Loureiro Cardoso – ZUSEA do município de Pato Branco", de relatoria do vereador Fabricio Preis de Mello, a comissão deliberou pelo parecer favorável a regular tramitação. O Projeto de Lei nº 99/2017 que "Altera dispositivos da Lei 3.728, de 12 de dezembro de 2011", de relatoria do vereador Fabricio Preis de Mello, os vereadores componentes da comissão deliberaram pelo parecer favorável a regular tramitação. O Projeto de lei nº 178/2017 que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros químicos removíveis nos eventos ao ar livre no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências", de relatoria do vereador Moacir Gregolin, os pares exararam parecer favorável a regular tramitação da matéria. O Projeto de Lei nº 164/2017 que "Dispõe sobre a proibição de incentivos fiscais a empresas que tenham sido condenadas em processos judiciais transitados em julgado, por envolvimento em corrupção de qualquer espécie ou ato de improbidade administrativa por agente público no município de Pato Branco e dá outras providências", de relatoria do vereador Fabricio Preis de Mello, os vereadores após análise da matéria, deliberaram pelo parecer favorável a tramitação e aprovação por esta Casa de Leis. Nada mais havendo a ser tratado, lavramos à presente ata que após lida e aprovada foi assinada pelos de competência.

Pato Branco, 21 de março de 2018.


Moacir Gregolin
Membro


Fabricio Preis de Mello
Presidente


Vilmar Maccari
Membro



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 178/2017

Autor: Rodrigo José Correia - PSC.

Relator: Moacir Gregolin - MDB.

Entrada na Comissão: 19/03/2018

Súmula: Dispões sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros químicos removíveis nos eventos ao ar livre no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

ANÁLISE

O Vereador Rodrigo José Correia - PSC, propõem tornar obrigatória a instalação de banheiros químicos nos eventos ao ar livre em nosso Município. É importante destacar que os promotores de eventos onde exista concentração de pessoas devem primar pelo bem estar do público, portanto, a proposição do nobre Vereador merece nosso apoio.

VOTO DO RELATOR


Após análise do projeto, e entendendo ser de interesse público e estando dentro da legalidade, optamos por exarar **PARECER FAVORÁVEL**, à sua tramitação e aprovação por esta Casa de Leis.

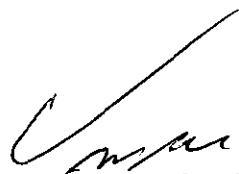
É o nosso parecer.

Pato Branco, 26 de Março de 2018.


Moacir Gregolin - MDB

Membro- Relator


Fabricio Preis de Mello - PSD
Presidente


Vilmar Maccari - PDT
Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 26-Mar-2018-11:51-000298-1/1




Câmara Municipal de Pato Branco
Estado do Paraná

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Recebi nesta data, na condição de Presidente da **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o projeto de lei nº 178/2017.

Pato Branco, 26/03/2018


José Gilson Feitosa da Silva – PT
Presidente



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO Parecer ao Projeto de Lei nº 178/2017

Os membros da Comissão de Finanças e Orçamento se reuniram para analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei nº 178/2017, de 27 de novembro de 2017 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros químicos removíveis nos eventos ao ar livre no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

O vereador Rodrigo José Correia (PSC) propôs o projeto de lei em epígrafe nominado, que tem por objetivo dispor sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros químicos removíveis nos eventos ao ar livre no Município. Em suas justificativas, que a proposição visa garantir maior segurança e condições de higiene e saúde aos frequentadores de eventos ao ar livre no Município.

Obrigar a instalação de banheiro químicos em eventos ao ar livre, muito além de constituir matéria de interesse local e contemplar o direito fundamental à saúde, também atende às regras de defesa do meio ambiente, pelo óbvio motivo da correta destinação dos eventuais dejetos oriundos das necessidades humanas.

Em relação à proposição em tela, verificando as informações que o referido Projeto de Lei visa estabelecer, não foi observada nenhuma ilegalidade. Após análise, emitimos **PARECER FAVORÁVEL**, à tramitação do presente ao Projeto de Lei.

É o parecer, Salvo Maior Juízo.

Pato Branco, 04 de abril de 2018.


Claudemir Zanco – PDT
Membro-Relator


Marco Antonio Augusto Pozza - PSD
Membro


José Gilson Feitosa-PT
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 04-Abr-2018-16:32-032494-1/1



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 178/2017

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros químicos removíveis nos eventos ao ar livre no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

Art. 1º Fica obrigatória a instalação de banheiros químicos removíveis em eventos ao ar livre de qualquer natureza no âmbito do Município de Pato Branco.

§ 1º O banheiro deverá ser instalado até o horário do início do evento e retirado logo após o seu término.

§ 2º É obrigatória a instalação de banheiros químicos com diferenciação para a utilização feminina, masculina e para portadores de necessidades especiais.

§ 3º O uso do banheiro químico adaptado será de exclusividade do portador de necessidades especiais, exceto acompanhante quando estiver assistindo àquele.

§ 4º A quantidade de banheiros adaptados a ser instalados não será menor do que 10% (dez por cento) do quantitativo de banheiros a serem instalados.

§ 5º Nos eventos em que o número de banheiros químicos instalados for menor que 10 (dez) unidades, deverá ser instalado, pelo menos, um banheiro adaptado às necessidades dos portadores de necessidades especiais.

Art. 2º O número de banheiros químicos será proporcional ao número de pessoas que participarão do evento, com base em informações prestadas por seus organizadores no momento da solicitação para a autorização de realização do evento junto ao órgão competente da Prefeitura Municipal de Pato Branco.

§ 1º A proporção será definida pelo órgão competente da Prefeitura Municipal de Pato Branco levando em consideração ao número de pessoas, a localização e a natureza do evento.

§ 2º A instalação dos banheiros será de responsabilidade dos organizadores do evento.

§ 3º A higienização deverá ser feita pela empresa que instalar os banheiros químicos, devendo a Vigilância Sanitária realizar a fiscalização.

Art. 3º O não cumprimento do disposto nesta Lei, incorrerá o infrator em:

I – multa no valor de 10 (dez) Unidades Fiscais do Município - UFM, por banheiro químico não instalado, por dia de evento, a ser aplicada ao responsável pelo evento;

II – na reincidência da infração, a multa será aplicada em dobro;

III – persistindo a infração da lei, após processo administrativo, além da cobrança de multa o infrator poderá sofrer a proibição de concessão de autorização para a realização de eventos por um período de até 12 (doze) meses.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Rodrigo José Correia – PSC.

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 5.131, DE 19 DE ABRIL DE 2018



Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros químicos removíveis nos eventos ao ar livre no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica obrigatória a instalação de banheiros químicos removíveis em eventos ao ar livre de qualquer natureza no âmbito do Município de Pato Branco.

§ 1º O banheiro deverá ser instalado até o horário do início do evento e retirado logo após o seu término.

§ 2º É obrigatória a instalação de banheiros químicos com diferenciação para a utilização feminina, masculina e para portadores de necessidades especiais.

§ 3º O uso do banheiro químico adaptado será de exclusividade do portador de necessidades especiais, exceto acompanhante quando estiver assistindo àquele.

§ 4º A quantidade de banheiros adaptados a ser instalados não será menor do que 10% (dez por cento) do quantitativo de banheiros a serem instalados.

§ 5º Nos eventos em que o número de banheiros químicos instalados for menor que 10 (dez) unidades, deverá ser instalado, pelo menos, um banheiro adaptado às necessidades dos portadores de necessidades especiais.

Art. 2º O número de banheiros químicos será proporcional ao número de pessoas que participarão do evento, com base em informações prestadas por seus organizadores no momento da solicitação para a autorização de realização do evento junto ao órgão competente da Prefeitura Municipal de Pato Branco.

§ 1º A proporção será definida pelo órgão competente da Prefeitura Municipal de Pato Branco levando em consideração ao número de pessoas, a localização e a natureza do evento.

§ 2º A instalação dos banheiros será de responsabilidade dos organizadores do evento.

§ 3º A higienização deverá ser feita pela empresa que instalar os banheiros químicos, devendo a Vigilância Sanitária realizar a fiscalização.

Art. 3º O não cumprimento do disposto nesta Lei, incorrerá o infrator em:

I – multa no valor de 10 (dez) Unidades Fiscais do Município - UFM, por banheiro químico não instalado, por dia de evento, a ser aplicada ao responsável pelo evento;

II – na reincidência da infração, a multa será aplicada em dobro;

III – persistindo a infração da lei, após processo administrativo, além da cobrança de multa o infrator poderá sofrer a proibição de concessão de autorização para a realização de eventos por um período de até 12 (doze) meses.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Rodrigo José Correia.

Gabinete do Prefeito, 19 de abril de 2018.

AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

Publicado por:
Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini
Código Identificador: E48A49C2



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 178/2017

RECEBIDO EM: 27 de novembro de 2017.

SÚMULA: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros químicos removíveis nos eventos ao ar livre no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências. (O número de banheiros químicos será proporcional ao número de pessoas que participarão do evento, com base em informações prestadas por seus organizadores no momento da solicitação para a autorização de realização do evento junto ao órgão competente da Prefeitura Municipal de Pato Branco)

AUTOR: Rodrigo José Correia – PSC

LEITURA EM PLENÁRIO: 27 de novembro de 2017

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO EM: 5 de março de 2018
RELATOR: Carlinho Antonio Polazzo – PROS

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM: 19 de março de 2018
RELATOR: Moacir Gregolin – MDB

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS EM: 26 de março de 2018
RELATOR: Claudemir Zanco – PDT

VOTAÇÃO SIMPLES

PRIMEIRA VOTAÇÃO: 9 de abril de 2018 – Aprovado com 10 (dez) votos.

Votaram a favor: Carlinho Antonio Polazzo – PROS, Claudemir Zanco – PDT, Fabricio Preis de Mello – PSD, Marco Antonio Augusto Pozza – PSD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marines Boff Gerhardt – PSDB, Moacir Gregolin – MDB, Rodrigo José Correia – PSC, Ronalce Moacir Dalchiavan – PP e Vilmar Maccari – PDT.

SEGUNDA VOTAÇÃO: 11 de abril de 2018 – Aprovado com 9 (nove) votos e 1 (uma) ausência.

Votaram a favor: Carlinho Antonio Polazzo – PROS, Claudemir Zanco – PDT, Fabricio Preis de Mello – PSD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marines Boff Gerhardt – PSDB, Moacir Gregolin – MDB, Rodrigo José Correia – PSC, Ronalce Moacir Dalchiavan – PP e Vilmar Maccari – PDT.

Ausente, o vereador Marco Antonio Augusto Pozza – PSD.

REDAÇÃO FINAL: Ofício nº 196/2018/DL, de 12 de abril de 2018.

SANÇÃO: Lei nº 5131/2018, de 19 de abril de 2018.

PUBLICAÇÃO: Publicada na página B4 do Jornal Diário do Sudoeste, edição nº 7124, de 24 de abril de 2018 e no sítio <http://www.diariomunicipal.com.br/amp> edição nº 1491, de 24 de abril de 2018.